

20 MAI 1987

Covas: Constituinte é que fixará o mandato

CORREIO BRAZILIENSE

3

Rebatendo a afirmação do presidente José Sarney, de que ficará no Palácio do Planalto até 1990, o líder do PMDB na Assembleia Nacional Constituinte, senador Mário Covas, disse ontem que "esse é um tema que a Constituinte vai decidir".

A manifestação do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, foi no mesmo sentido. Observou que o Presidente da República se abrigou na tradição dos cinco anos de mandato, mas ressaltando que o presidente José Sarney entende que a definição de seu mandato é de competência da Constituinte.

Ulysses, que reuniu ontem em sua casa os líderes do PMDB na Constituinte e no Senado, senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, e o líder na Câmara, deputado Luiz Henrique, o presidente do Senado Federal, Humberto Lucena, e o líder do governo, Carlos Sant'Anna, voltou a defender o mandato presidencial de cinco anos, argumentando que não

deve haver discriminação ao presidente José Sarney.

A reunião, que durou cerca de três horas, foi convocada por Ulysses Guimarães, especialmente para discutir o discurso e o clima que se instalou na bancada peemedebista com o pronunciamento do presidente José Sarney, visto por um grande número de parlamentares como um desrespeito à Constituinte.

Apesar da posição contrária do senador Mário Covas, a tendência da maioria dos participantes da reunião foi no sentido de que a bancada não deveria se definir imediatamente sobre o mandato, remetendo essa decisão para a Convenção Nacional do Partido, que se realizará dentro de três semanas.

O próprio Ulysses, depois de ressaltar que há várias tendências dentro da bancada peemedebista, inclusive quanto à duração do mandato do presidente Sarney, observou que "há inclinações no sentido de que esse assunto seja remetido à decisão da Convenção Nacional.

Essa posição foi defendida, ao final do encontro, pelo senador Humberto Lucena. Sabe-se que também o líder Luiz Henrique e o deputado Carlos Sant'Anna desaconselharam uma tomada de posição da bancada, devido à exaltação dos ânimos dentro do PMDB. Votar pelos quatro anos, imediatamente após o discurso do Presidente, seria o confronto, puro e simples.

Aliás, esse era, até a reunião da bancada, o grande dilema do PMDB: como bem definiu o deputado Antônio Brito: "Se votarmos pelos cinco anos, parecerá rendição ao que o Presidente determinou; se decidirmos pelos quatro anos, será o confronto.

O pronunciamento do presidente José Sarney, especialmente no que diz respeito à duração de seu mandato, não foi recebido como uma manifestação de opinião, mas como uma imposição, para muitos inaceitável: "foi um ato", resumiu Antônio Brito.



Mais uma vez, Ulysses Guimarães reúne na hora do almoço a alegre "turma do poire".

Soberania ferida, denuncia a oposição

O presidente José Sarney feriu a soberania da Constituinte e estabeleceu o confronto ao fixar em cinco anos o tempo do seu mandato, conforme afirmou a maioria dos constituintes que usaram a tribuna na sessão de ontem, quase toda ela dedicada à repercussão do discurso presidencial. A crítica da oposição foi violenta e os partidos de sustentação do Governo se omitiram (PFL) ou se dividiram (PMDB).

De seis peemedebistas que foram à tribuna, três, coincidentemente da bancada paulista, apoiaram o Presidente. E mais uma vez de forma coincidente, pregaram o voto em aberto para a decisão do PMDB sobre o mandato do presidente Sarney. Mas a orquestração por pouco não desafiou quando um deles, Roberto Rollemberg, frisou que "assim como foi enérgico o Presidente em seu pronunciamento, vamos ser nós também enérgicos na nossa conduta de colocar a soberania da Constituinte onde ela deve estar".

Rollemberg, contudo, voltou rápido à harmonia do trio, ressaltando que "a fala do Presidente não tira a soberania e a capacidade da Constituinte decidir". E para confirmar que lia a partitura correta, emendou: "Não vejo nada que justifique os ataques violentos à posição do presidente da República". Os outros apoios do PMDB, o presidente Sarney recebeu dos deputados Del Bosco Amaral e Roberto Cardoso Alves. Para o primeiro, o perigoso era Sarney ter escondido a sua face. Afirmando ter sido sempre um partidário dos cinco anos, observou, ainda,

que o discurso do Presidente não foi autoritário, na medida em que apenas externou uma preocupação que os próprios líderes partidários já haviam externado.

De fora da Aliança Democrática, apoiaram o Presidente os líderes do PTB, Gastone Righi, e do PL, Adolfo de Oliveira. As críticas ficaram por conta dos líderes do PT, Luis Ignácio Lula da Silva, e do PDS, Amaral Netto, além do deputado pedetista Adroaldo Streck.

No mais, o Presidente só recebeu críticas. "Mudou a Nação, ou mudou o Presidente da transição, que agora quer ser também o Presidente da pós-transição", questionou Vasco Alves (PMDB-ES). "Não admitimos que o Presidente venha através dos canais de comunicação social propor o adiamento da transição", atacou Cristina Tavares (PMDB-PE).

No tabuleiro do jogo político brasileiro, a jogada agora detonada não pode ser catalogada como lance definitivo. Ou estamos em tempo de um efetivo reordenamento constitucional do País, com deveres e responsabilidades inerentes a esta casa, ou o seu poder original está desvirtuado. E isso tem apenas um nome: golpe, continuou outro peemedebista, o paraense Hélio Duque.

O líder do PSB, Jamil Haddad, preferiu deixar a retórica de lado e partir para a ação. Quase ao final da sessão, anunciou ao plenário que está coletando assinaturas para um projeto de decisão que fixe o mandato do presidente Sarney em quatro anos.

PDS teme vitória de Brizola

Os ex-ministros Jarbas Passarinho (PA) e Delfim Netto (SP) advertiram ontem, na reunião da bancada do PDS, que, havendo eleições de imediato ou no início do próximo ano para Presidente da República, o ex-governador Leonel Brizola, do PDT, será imbatível.

O PDS decidiu manter entendimentos com moderados do PMDB e de outros partidos para evitar que sejam aprovados, sem alteração, os pareceres das subcomissões, considerados esquerdizantes. O PDS levantará a bandeira da iniciativa privada.

CAUTELA

Na reunião pedessista, o líder na Constituinte, deputado Amaral Netto (RJ), frisou estar convencido de que o presidente José Sarney fez seu pronunciamento em favor de que seu mandato seja de cinco anos após muitas pressões. "Alguém mandou e está por trás disto", comentou.

O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, observou que, em termos doutrinários, o presidente José Sarney tem o direito adquirido de seis anos porque foi eleito de acordo com a Constituição atual. Ele pode, naturalmente, renunciar a parte desse período.

Apesar de cerca de 80 por cento da bancada pedessista ter defendido a realização de eleições diretas para Presidente logo após a eleição, Passarinho enfatizou que o partido deveria aguardar por 1990, quando poderá disputar a Presidência e os governos estaduais com possibilidades.